

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SUMÁRIO**

ITEM	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DA JUSTIFICATIVA
3	DA PROPOSTA DE PREÇO
4	DAS DESCRIÇÕES E DOS QUANTITATIVOS
5	DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
6	DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO
7	DA VALIDADE
8	DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
10	DA SUBCONTRATAÇÃO
11	DO PAGAMENTO
12	DA SUSTENTABILIDADE
13	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
14	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
15	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de água mineral gasosa de primeira qualidade, potável para o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro/TCMRio, durante um prazo de 12 meses, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência - T.R.

1.2. O critério de julgamento será o menor preço por item.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A aquisição do produto é indispensável para reposição do estoque do TCMRio, visando suprir o consumo de água mineral gasosa.

**3. DA PROPOSTA DE PREÇO**

3.1. Os materiais serão entregues pelo preço constante da proposta da Contratada que será fixo e irrevogável, englobando: taxas, fretes, seguros, os custos diretos e indiretos as, as despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, financeiras e quaisquer outras julgadas essenciais ao cumprimento do objeto deste Termo.

**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

3.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4. DA DESCRIÇÃO E DOS QUANTITATIVOS**

4.1. Encontram-se abaixo as especificações e os quantitativos:

Item	Objeto	Qtd. fardo*	Un.	Qtd. Mínima do Pedido
01	<b>Água mineral gasosa natural 510ml</b> , envasada em garrafa do tipo PET (Polietileno tereftalato), transparente, resistente a impacto, descartável, com rótulo de identificação do produto, <b> acondicionada em fardo com 12 unidades cada um</b> , devidamente embalado e higienizado. A quantidade estimada de consumo mensal é de 10 fardos. Referência: São Lourenço ou similar.	120	Fardo	10

**(\*) Estimativa para atender a demanda durante 12 meses.**

4.2. As etiquetas e/ou impressos de identificação das embalagens e/ou garrafões devem trazer as seguintes descrições:

- nº do registro no Ministério da Saúde.
- nome do produto.
- Local da fonte.
- Composição química.
- Características físico-químicas.
- Quantidade.
- Nome da Concessionária.
- Número de lote.
- Data do beneficiamento.
- Data da Validade.

4.3. As solicitações serão efetuadas de acordo com a necessidade e conveniência da Administração em quantidade igual ou superior ao indicado em quantidade mínima.

**4.4. A quantidade estimada de consumo mensal é de 10 fardos.**

4.5. Os quantitativos estimados constantes na tabela do subitem 4.1 deste T. R, servirão tão somente às licitantes nas formulações das propostas de preços, não constituindo, em hipótese alguma, em qualquer compromisso futuro para o Contratante. Os pagamentos serão efetuados conforme a entrega efetiva dos itens.

4.6. A água mineral especificada acima deverá atender as determinações do Ministério da Saúde e aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

4.7. O TCMRio poderá solicitar, a qualquer tempo - que a empresa Contratada apresente laudo laboratorial de análises do produto, expedido por órgão público ou credenciado para tal.

4.8. Os custos inerentes à emissão/apresentação do laudo correrão às expensas da Contratada.

4.9. A água mineral deverá ser entregue em vasilhames plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intacto.

**5. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

5.1. **Caso o material ofertado não seja o indicado como referência**, o Pregoeiro **poderá** solicitar ao licitante detentor do menor preço o envio da documentação técnica proveniente do fabricante do produto (exemplo: catálogos, prospectos, folders, cópia impressa de página do sítio na Internet) que comprove o atendimento às especificações exigidas neste T.R.

5.1.1. Esta solicitação se dará após o encerramento da etapa de envio de lances, devendo a documentação mencionada ser encaminhada via Sistema Eletrônico (opção "Enviar Anexo"), no prazo previsto no Edital contado da solicitação do Agente de Contratação no chat do Sistema Eletrônico.

5.1.2. Podem ser solicitados documentos como Outorga de lavra válida, Plano de Aproveitamento Econômico aprovado, evidências de monitoramento da vazão da fonte e laudos que comprovem o atendimento da RDC ANVISA nº 274/2005 e da RDC ANVISA nº 275/2005, entre outros.

5.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Aviso, o proponente será declarado vencedor provisório, com o prosseguimento do certame para etapa de habilitação.

**6. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

6.1. A solicitação do material será feita por demanda da Divisão de Serviços Gerais/TCMRio, repassada à Contratada, via e-mail, durante um período de 12 meses.

6.2. O prazo de entrega é de até **30 dias**, após a empresa Contratada receber as solicitações da Divisão de Serviços Gerais/TCMRio.

6.3. Os itens deverão ser entregues na Divisão de Material e Patrimônio /TCMRio, localizado na Rua Santa Luzia, nº 732 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, no horário 10:00 às 16:00 horas, em dia de expediente neste TCMRio.

6.3.1. A data da entrega deverá ser agendada junto a Divisão de Material e Patrimônio/TCMRio, por meio do telefone 21 3824-3611.

6.4. Os materiais deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

6.5. A simples assinatura em canhoto da Nota Fiscal/Fatura ou Conhecimento de Transporte implica apenas no recebimento provisório.

6.6. O recebimento definitivo dar-se-á apenas após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes na Nota de Empenho.

**7. DA VALIDADE**

7.1. O prazo de validade do produto deverá ser de, no mínimo, **3 (três) meses**.

7.2. O período de validade será iniciado somente após o aceite definitivo do Contratante.

**8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A fiscalização do(s) contrato(s) será exercida pela Divisão de Serviços Gerais/TCMRio, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência, cabendo a este as seguintes atribuições:

8.1.1. Atestação de conformidade no fornecimento dos materiais;

8.1.2. Recusar o recebimento dos materiais, desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições.

8.1.3. Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Termo de Referência, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.2. A existência e atuação da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade da Contratada, no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas no contrato, sendo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do mesmo não implica em corresponsabilidade do TCMRio, ou de seus prepostos.

8.3. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto no contrato, e/ou nas especificações que, de alguma forma, se relacione, direta ou indiretamente com o objeto em questão.

**9. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

9.1. Após a homologação da Dispensa Eletrônica, o Termo de Contrato será a Nota de Empenho, de acordo com o previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, onde constará a vinculação aos termos do Aviso da Dispensa Eletrônica.

9.2. A adjudicatária será convocada para retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer para retirar a Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhar o referido documento para aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para registro do aceite no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

9.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

9.4. No caso da Adjudicatária não retirar a Nota de Empenho ou não registrar o aceite, poderá o Agente de Contratação convocar outro licitante para celebrar a contratação, desde que respeitada a ordem de classificação, após a verificação da aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É vedada a subcontratação total ou praciial do objeto desta contratação.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de boleto/fatura, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação, atestado por dois servidores do setor competente deste Tribunal, após a regular liquidação da despesa, na forma da legislação vigente.

11.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, por exemplo, a inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

## **12. DA SUSTENTABILIDADE**

12.1. O produto ofertado deve observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação e descarte, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações; e, os resíduos decorrentes de sua fabricação devem ter destinação ambiental adequada.

12.2. O produto ofertado deve ter sido envasado por empresa devidamente regularizada perante a Agência Nacional de Mineração, nos termos do Código de Mineração e da Lei nº 6.567/1978, mediante outorga de lavra válida, Plano de Aproveitamento Econômico aprovado e evidências de monitoramento da vazão da fonte, de modo a assegurar a exploração sustentável do recurso hídrico.

12.3. A água mineral gasosa fornecida, ainda que dispensada de registro junto à ANVISA, deverá atender integralmente à legislação sanitária vigente, em especial à RDC nº 274/2005 e à

**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

RDC nº 275/2005, cabendo à empresa responsável pelo envasamento garantir a conformidade com os padrões microbiológicos e físico-químicos aplicáveis, e em caso de solicitação, apresentar laudos laboratoriais atualizados emitidos por laboratório competente e assegurar a observância das boas práticas de envase, armazenamento e transporte.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Entregar os materiais em perfeitas condições, que não denotem uso anterior, nas quantidades, prazos, qualidade e marcas licitadas, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo Contratante.

13.2. Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento e entrega dos produtos, não podendo transferi-la a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

13.3. Discriminar na nota fiscal as especificações do material de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

13.4. Designar preposto para recebimento das notificações referentes a esta contratação, com indicação de e-mail e telefone.

13.5. Efetuar a troca do produto que se encontrar fora da especificação ou impróprio para utilização, sem ônus para o Contratante, arcando com todas as despesas inerentes ao transporte, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da notificação do TCMRio.

13.6. Substituir, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação do TCMRio, no caso do produto, objeto da troca do subitem anterior, também apresentar qualquer irregularidade.

13.7. A Contratada deverá recolher, por sua conta e inteira responsabilidade, todos os impostos, taxas e contribuições que incidam sobre os materiais/serviços, inclusive os de natureza social, trabalhista e previdenciária.

13.8. Responsabilizar-se pelos danos que porventura sejam causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do material no Almoxarifado, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

**14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

14.1. Atestar a Nota Fiscal.

14.2. Efetuar o pagamento devido no prazo estabelecido.

14.3. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos.

14.4. Devolver, com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações.

**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

---

14.5. Notificar a Contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido.

14.6. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste TR e na legislação vigente.

**15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

---

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações estabelecidas nos subitens 15.1.1 a 15.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
  - a. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - b. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - c. as peculiaridades do caso concreto;
  - d. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - e. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - f. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - g. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
  - h. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, acaba com a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 37/2026**

---

- i. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- j. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.
- k. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- l. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- m. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- n. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.